



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.fsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 19, n. 9, art. 2, p. 27-48, set. 2022

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.9.2>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



MIAR



Diadorim

Gênero como Prática nas Organizações

Gender as Practice in Organizations

Ana Carolina Júlio

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: carol.juliosilva@gmail.com

Roberto Higashi

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: robertohigashi@gmail.com

Lucas Poubel

Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo

Professor de Administração do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo

E-mail: poubel1992@gmail.com

Endereço: Ana Carolina Júlio

Universidade Federal do Espírito Santo Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910, Brasil.

Endereço: Roberto Higashi

Universidade de Guarulhos, Univeritas UNG. Avenida Uberaba 251, Vila Virgínia, 08573070 - Itaquaquecetuba, SP - Brasil.

Endereço: Lucas Poubel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Cachoeiro de Itapemirim. Rodovia BR 482, s/n Agostinho Simonato, 29311970 - Cachoeiro de Itapemirim, ES - Brasil

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 14/05/2022. Última versão recebida em 27/05/2022. Aprovado em 28/05/2022.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este ensaio teórico tem como objetivo analisar as contribuições da epistemologia de Schatzki para o entendimento do gênero enquanto uma prática social. Assim, considera-se que é possível fazer um paralelo entre o acontecimento dos(as) fenômenos/práticas sociais da epistemologia de Schatzki e a performatividade de gênero de Butler. Apesar de o gênero ser materializado no espaço organizacional, no e através dele, de acordo com a normatividade que molda a vida organizacional, tal tema é relativamente negligenciado pelos Estudos Organizacionais. Apesar da heteronormatividade, os sujeitos têm a possibilidade de (re)interpretar as normas, ressignificando-as, fazendo um (re)arranjo contínuo ao longo do espaço/tempo de suas vidas. Assim, os indivíduos incorporaram suas próprias microversões das práticas de gênero que acontecem nos contextos social e organizacional nos quais estão imbricados. Assim, entende-se gênero não como um determinismo biológico, “natural” ou social, mas como uma prática (um nexos de “ditos” e “feitos”, e não apenas a reprodução de um padrão de ação) que é histórica e socialmente (re)construída, de modo dinâmico e fluido, por meio do discurso.

Palavras-chave: Gênero. Prática Social. Performatividade de Gênero. Acontecimento dos Fenômenos Sociais. Performance.

ABSTRACT

This theoretical essay aims to analyze the contributions of Schatzki epistemology to the understanding of gender as a social practice. Thus, it is considered that it is possible to draw a parallel between the happening of phenomena/social practices of Schatzki's epistemology and Butler's gender performativity. Despite the genre be materialized in the organizational space, in and through it, according to the normativity that shapes organizational life, this theme is relatively neglected by the Organizational Studies. Despite the heteronormativity, subjects are able to (re)interpret the rules, giving new meaning to them, making a continuous (re)arrangement continued the space/time of their lives. Thus, individuals incorporate their own micro-versions of gender practices that happening in social and organizational contexts in which they are intertwined. Thus, the term gender is comprehended not as a biological determinism, "natural" or social; but as a practical (a connection of "sayings" and "doings", and not only a reproduction of a standard action) which is historically and socially (re)constructed, in a fluid and dynamic way through discourse.

Keywords: Gender. Social Practice. Performativity of gender. Happening of Social Phenomena. Performance.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica dos Estudos Organizacionais, até pouco tempo, ainda se encontrava dominada pelo ideal weberiano, conceituado pela organização burocrática, centralização, hierarquia, autoridade, disciplina, regras, carreira, divisão do trabalho, impessoalidade, estabilidade e assepsia (CLEGG; HARDY, 2007). Não que esses temas e suas aplicações ao ambiente organizacional não sejam mais relevantes, nem tampouco estejam em fase terminal. Todavia, as organizações contemporâneas são mais complexas, interconectadas, dinâmicas, fluidas e multissituadas, sendo as fronteiras em torno dessas entidades cada vez mais difíceis de serem definidas (NICOLINI, 2013).

Para melhor entender como as “coisas acontecem” nesse “mundo contemporâneo”, o pesquisador precisa de abordagens que teorizem esses fenômenos, muitas vezes indeterminados. Afinal, em certos momentos, o prescrito se distancia daquilo que é realizado, da prática, da vida cotidiana. Apesar disso, os Estudos Organizacionais afastaram-se das investigações das atividades humanas, do que acontece no cotidiano das organizações e passaram a (re)produzir teorias abstratas, deslocadas do “mundo da vida” e de suas práticas concretas (SANTOS; SILVEIRA, 2015).

Na busca por aproximar as pesquisas acadêmicas do “trabalho real” das organizações, o debate entre teoria e prática tornou-se central nas Ciências Organizacionais. Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma “virada” em direção ao estudo das práticas, o que demonstra um forte e crescente interesse em relação às práticas cotidianas que (re)produzem a vida social e organizacional. A virada para a prática é vista como uma reação, como um questionamento em relação às abordagens sistêmicas e deterministas que dominaram as Ciências Sociais e Sociais Aplicadas até o final da década de 1970 (SCHATZKI; KNORR-CETINA; SAVIGNY, 2001).

Para a perspectiva da prática, a vida social é uma produção contínua que emerge por meio de ações cotidianas (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; SCHATZKI, 2006), sendo as organizações um processo também emergente (organizing ou processo organizativo), composto por um conjunto organizado de práticas que se encontram em constante estado de (re)constituição, o resultado de interações sociais cotidianas (CZARNIAWSKA, 2004, 2013; SCHATZKI, 2005).

A prática de gênero, o “fazer gênero”, é uma das práticas cotidianas que (re)produzem a vida organizacional, assim como a vida social em um sentido mais amplo. O espaço organizacional é um local onde o gênero é materializado, no e através dele, de acordo com as

normas de gênero que moldam e orientam a vida organizacional, constringendo e habilitando a ação dos indivíduos (TYLER; COHEN, 2010). Daí a importância de se estudar gênero nas organizações. Apesar disso, a materialidade de gênero, incluindo sua performatividade no espaço da vida organizacional, permanece pouco explorada pelos Estudos Organizacionais (MARTIN, 2003); o que evidencia uma lacuna de estudos.

Sobre gênero como categoria performativa, e não simplesmente enquanto *performance*, Butler (2003) parafraseia Simone de Beauvoir na célebre frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, acrescentando que também não se nasce homem ou qualquer outra categoria *a priori*, sendo possível tornar-se qualquer categoria ou jamais vir a se concretizar, o que evidencia a performatividade do gênero.

Afinal, apesar da heteronormatividade – de a heterossexualidade ser tida como algo “natural”, “normal”, havendo uma suposta relação de causa e efeito entre gênero e sexualidade –, os sujeitos têm a possibilidade de (re)interpretarem essa normatividade social ao longo do espaço/tempo de suas vidas. Os indivíduos incorporaram suas próprias microversões das práticas de gênero que acontecem nos contextos social e organizacional nos quais estão imbricados. De acordo com essa perspectiva, o gênero não é um determinismo biológico, “natural” ou social; mas sim uma prática socialmente (re)construída, de modo dinâmico e fluido, por meio do discurso.

Assim, considera-se que é possível fazer um paralelo entre o acontecimento dos fenômenos sociais da epistemologia de Schatzki e a performatividade de gênero de Butler. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as possíveis contribuições da epistemologia de Schatzki para o entendimento do gênero enquanto uma prática social.

Autores como West e Zimmerman (1987) e Martin (2003) tratam o gênero como uma realização/prática; mas não articulam a performatividade de gênero com o acontecimento dos fenômenos sociais, não consideram o “fazer gênero” enquanto um nexos organizado de ditos, feitos e arranjos materiais que vai além de um padrão de ação (SCHATZKI, 2001, 2002); o que também corrobora com a lacuna de estudos acima apresentada e justifica este ensaio teórico.

Para entender a performatividade do gênero, é preciso ir além da *performance*, da aparência, da suposta relação de causa e efeito entre sexo biológico e gênero (BUTLER, 2003). Entender gênero como uma categoria performativa é entendê-lo enquanto uma prática social como outra qualquer (um conjunto de ditos e feitos, e não apenas a reprodução de um padrão de ação); não se observando simplesmente a *performance* desse fenômeno social, mas seu acontecimento (SCHATZKI, 2005), sua construção histórico-social por meio do discurso.

Na intenção de desvendar e analisar as práticas sociais nas organizações, em particular as de gênero, o tópico a seguir fará a conceituação de gênero, demonstrando que é uma categoria instável, precária e situacional. No item subsequente, apresenta-se a epistemologia da prática de Schatzki (2001, 2002, 2005, 2006, 2012). Para finalizar este ensaio, mas não a discussão, aborda-se a relação entre gênero e sua prática no cotidiano organizacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gênero na Teoria

Falar de gênero também implica falar de sexo; esse foi justamente o ponto inicial das teorias feministas liberais, que problematizaram os “sexos” como duas categorias distinguíveis por meio das características biológicas: “masculino” e “feminino”. Posteriormente, essas mesmas teorias fizeram a distinção entre “sexo” biologicamente definido e sociologicamente construído. Todavia, mesmo no campo sociológico, entre os feminismos liberal, radical, socialista, colonialista e pós-estruturalista, por exemplo, existem divergências sobre a constituição de gênero e suas relações (CALÁS; SMIRCICH, 2007). O propósito deste ensaio não é descrever as diferentes correntes feministas, mas entender que foi a partir dessas teorias que questões de gênero e sexo começaram a ser problematizadas.

A problematização se faz necessária para que se possa desnaturalizar um conceito tão enraizado, que não é sequer percebido como construído, não natural, ou não “normal”. Para Thomas Laqueur (2001), o modelo de dois sexos é uma invenção que data do século XVIII, fruto de um contexto europeu; o que não ocorreu de maneira repentina ou soberana, pois havia resistências ao modelo. Antes desse período, era predominante o *one sex model*, em que a mulher era um “tipo” de homem, diferenciando-se apenas em grau de “perfeição metafísica”. Laqueur (2001) exemplifica que as genitálias masculina e feminina eram consideradas iguais, sendo a feminina interna e a masculina externa. Sendo assim, os lábios vaginais eram equivalentes ao prepúcio, o útero igual ao escroto e os ovários idênticos aos testículos. Não era, portanto, um (des)conhecimento anatômico, mas uma “forma de olhar e interpretar” o corpo, forma essa diferente da que se faz presente nos dias de hoje. Além disso, para a sociedade dessa época, “as meninas podiam se tornar meninos, e os homens que se associavam intensamente com mulheres podiam perder a rigidez e a definição de seus corpos perfeitos” (LAQUEUR, 2001, p. 19). Como se pode observar, não havia um rigor no tocante à

estabilidade do sexo, assim como a distinção anatômica não era tomada como diferencial, mas interpretada de maneira a tornar igual.

Diante disso, é interessante ressaltar que até 1998 os testes de feminilidade realizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) encontravam dificuldades para comprovar biologicamente o "feminino", o que é evidenciado desde o "desfile de nus" (*nude parade* – tradução nossa), passando pelos testes com base celular, assim como pelos de base molecular. Chega-se, portanto, à conclusão de que os testes se tornaram cada vez mais sofisticados, mas tanto a sensibilidade quanto a especificidade falharam (RUPERT, 2011). Hoje não se faz mais esse tipo de avaliação, já que, pela análise hormonal dos atletas, os testes de *dopping* diferenciam o que é "normal" ou não. Diante disso, pode-se notar que a tentativa de encaixar o indivíduo em um padrão binário e estável tem se mostrado uma tarefa cada vez mais difícil, confirmando a singularidade do ser humano e a construção histórico-social e discursiva do "masculino" e do "feminino" (RUPERT, 2011). Segundo a publicação norte-americana *Nature*, quando os geneticistas entram em ação, as fronteiras entre os sexos tendem a se tornar mais difusas, pois com as novas tecnologias de sequenciamento do DNA e da biologia celular revela-se a diversidade de células geneticamente distintas, que em algum grau pode não combinar com o resto do seu corpo no tocante aos marcadores de sexo (AINSWORTH, 2015). Genes específicos relacionados com a fisiologia neural podem ser diferentemente ativados ou suprimidos em ambientes diferentes (do hormonal ao social), contribuindo para os sistemas comportamentais (FAUSTO-STERLING, 2012, p. 417). As diferenças seriam sistemas dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo, estabilizam, desestabilizam e reformam. A biologia e o ambiente trabalham conjuntamente: os genes e os processos fisiológicos são impactados pelo ambiente, assim como o cérebro também é plástico em resposta às influências ambientais. (BERENBAUM; BLAKEMORE e BELTZ, 2011).

Como observado por Muehlenhard e Peterson (2011), dizer que as diferenças existentes entre homens e mulheres são resultado da socialização é muito diferente de entender que a sociedade criou as categorias de sexo (macho e fêmea), bem como não significa que a vagina ou o pênis, passem a existir porque foram "construídos" pelo social na seara da cultura e da linguagem. É inquestionável a existência da genitália, mas é só a partir de um discurso construído socialmente que passam a ter sentido como existência, passam a ser passíveis de serem compreendidos (MUEHLENHARD; PETERSON, 2011). Mais de meio século de ativismo da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) tem feito com que muitas sociedades estejam mais confortáveis com pessoas que atravessam as fronteiras do binário, manifestas em suas escolhas de aparência, carreira e parceiro sexual,

mas ainda assim existe uma pressão muito grande para que o sexo seja conformado ao modelo binário (AINSWORTH, 2015).

Assim, esses seres singulares encontram-se imersos, imbricados em um contexto social que faz com que eles tenham um “sexo”, que se comporta como um projeto cultural e político. Para Butler (2003), a performatividade de gênero é a estilização contínua do corpo e sua cristalização, o que, dentro de um quadro regulatório rígido e através da repetição de atos ao longo do tempo, produz uma substância aparente, uma forma tida como “natural” de ser; ou seja, a *performance* do gênero, o que é tido como “masculino” e “feminino”. Essa repetição nunca será igual à original, pois o deslocamento no espaço/tempo e suas ressignificações provocarão alterações. Assim, o conceito de performatividade está em constante desenvolvimento, é uma mutação, uma instabilidade, um devir. Afinal, a performatividade do gênero vai além da sua *performance*, do que é tido como “natural”, “normal”, “masculino” e “feminino” (BUTLER, 2003).

Ainda para Butler (2003), as palavras têm agência, um efeito normativo (explícito ou até mesmo tácito) que provoca ações e atuações; assim, todas as teorias, todas as “verdades” são causadoras de algo no sujeito. Não seria diferente com as ideias de Butler, mas, diferentemente do senso comum, ela não esconde o que faz, ela faz uma provocação à “verdade” contida na identidade sexual de gênero. Afinal, muitas pessoas ainda pensam no sexo como uma verdade natural, na heterossexualidade como algo “normal”, tecendo uma relação de causa e efeito entre gênero e sexualidade.

Para Foucault (1999), sexo e sexualidade são produzidos por um tipo de discurso, não sendo, portanto, naturais, verdades essenciais, mas construções históricas, que sendo tratados assim tornam-se naturalizados, pois o histórico é tratado como natural pelas estratégias de poder. Para Butler (2003), o discurso habita o corpo e o faz, confunde-se com ele; portanto, não há gênero fora do discurso, sendo a identidade de gênero dos sujeitos construída por meio do discurso. Assim, a luta feminista deveria buscar a libertação dos corpos pela libertação do discurso que os constitui como um dispositivo de poder.

Souza e Carrieri (2010) vão além, defendendo o rompimento com o uso do termo gênero, substituindo-o por *relações sociais de sexo*. Segundo os autores, na analítica de Foucault, “masculino e feminino são construídos por relações de poder historicamente fundamentadas, [...] não são naturais e nem existem *a priori*” (SOUZA; CARRIERI, 2010, p. 48). Apesar de Butler (2003) não romper explicitamente com a palavra gênero, há sempre a intenção de sua desconstrução, visto que a autora utiliza conceitos derridianos. Butler (2003)

defende a desmontagem de todo tipo de identidade de gênero, pois entende que isso oprime as singularidades humanas daqueles que não se “encaixam” na matriz heteronormativa.

Assim, apesar de o discurso heteronormativo constranger os sujeitos, o efeito normativo da identidade de gênero enquanto algo biologicamente pré-determinado, “natural”, “normal” e “tido como certo” pode ser subvertido; afinal, a identidade é performativa, ou seja, é um devir. Independentemente e apesar das críticas, o sujeito tem a possibilidade de (re)interpretar as normas, tornando-as sua micronorma, atribuindo-lhes um sentido próprio, ressignificando-as continuamente ao longo do espaço/tempo de suas vidas. Segundo Butler:

Os corpos não são habitados como espaços vazios. Eles estão, em sua espacialidade, também em andamento no tempo: agindo, alterando a forma e a significação – dependendo das suas interações –, assim como a rede de relações visuais, discursivas e táteis que fazem parte da sua historicidade, do seu passado, presente e futuro constitutivos (BUTLER, 2004, p. 227, tradução nossa).

O gênero, portanto, não é um determinismo biológico, nem tampouco social, mas se faz e se desfaz no campo social e organizacional por meio do discurso.

2.2 As Teorias da Prática

Nos Estudos Organizacionais, ainda são recentes as pesquisas que visam centrar seu olhar naquilo que as pessoas de fato realizam nas organizações (SANTOS e ALCADIPANI, 2015). Afinal, o que se percebe nas últimas décadas é uma predominância de teorias preocupadas com os aspectos formais e estáticos das organizações, que desconsideram aquilo que é feito pelos indivíduos em seu cotidiano organizacional (SCHATZKI, 2005, 2006).

No entanto, a complexidade social envolvida no processo de *organizing* implica lidar com esse fenômeno não sob lentes teóricas que busquem classificações a partir de variáveis mensuráveis e testáveis, mas por meio de óticas que entendam a complexidade organizacional a partir dos aspectos relacionais, interconectados e imbricados que constituem e definem o social. Um caminho para se chegar a essas abordagens é discutir o uso das práticas sociais nos Estudos Organizacionais (ANTONACOPOULOU, 2008).

Nesse contexto, Schatzki, Knorr-Cetina e Savigny (2001) destacam o movimento denominado de “virada da prática” nas organizações, em que o foco dos estudos se voltou para a natureza situada da ação performada e manifestada na linguagem pelos atores organizacionais. De acordo com Antonacopoulou (2008), a rica história das Teorias da Prática tem suas bases nas perspectivas filosóficas de Heidegger e Wittgenstein, por exemplo, e nas

teorias sociológicas de Bordieu, Giddens e Garfinkel. Esses trabalhos foram fundamentais para o surgimento dos Estudos Baseados na Prática (EBP), ou *Practice-Based Studies* (PBS) (ANTONACOPOULOU, 2008; NICOLINI, 2013).

Ainda que não exista uma Teoria da Prática unificada, mas sim uma diversidade de perspectivas, ou seja, distintas maneiras de enfatizar a relação entre as ações situadas e o mundo social no qual essas ações acontecem, há pontos em comum entre os EBP: 1) é por meio das ações cotidianas que a vida social é produzida, sendo a prática social o elemento primeiro, fundamental do social; 2) como forma de teorização, os dualismos clássicos das Ciências Sociais (objetividade e subjetividade, pensamento e ação, estrutura e agência, indivíduo e instituição, livre arbítrio e determinismo, entre outros) são rejeitados; 3) os fenômenos sociais são recursivos, mutuamente constituídos; assim, busca-se reconciliar fenômenos como pensamento e ação, agência e estrutura, dentre outros (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011).

Nesse sentido, para melhor entender o cotidiano, a vida organizacional, é preciso prosseguir com a virada em direção ao estudo da prática. Entretanto, em muitos trabalhos (inclusive aqueles que tratam da realização do gênero), o termo “prática social” não é definido claramente; o que evidencia uma lacuna de estudos, sugerindo a necessidade de olhar o que acontece nas organizações, assim como uma mudança na lente por meio do qual as organizações são vistas (SANTOS; ALCADIPANI, 2015). Ou seja, é fundamental entender o que constitui o mundo das práticas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Epistemologia de Schatzki

Tradicionalmente, as teorias sociais têm sido divididas em dois campos ontológicos: individualismo e societismo (SCHATZKI, 2005). Para os individualistas, a unidade de análise é o indivíduo. Para os societistas, o fenômeno social não pode ser decomposto em atitudes individuais, sendo um complexo conjunto de modos de produção, estruturas abstratas, discursos ou sistemas sociais. Schatzki (2005) propõe uma alternativa às referidas ontologias, a ontologia situacional ou de contexto (*site ontology*); uma tentativa de reconciliar os fenômenos sociais, considerando-os mutuamente constituídos e reflexivos.

Nessa nova proposta, o desenrolar da vida social está para além do individualismo e do societismo, pois inclui um novo elemento, o contexto histórico, espacial e temporal. *Site*, nesse caso, não se refere a um lugar, a um espaço físico, mas ao contexto no qual as práticas sociais acontecem, desdobram-se e estão imbricados “desde sempre” (SCHATZKI, 2005). É importante ressaltar que esse contexto não é um mero “pano de fundo” no qual as práticas acontecem. Para Schatzki (2005), a vida social é parte inerente e indissociável desse contexto. Assim, a prática social e seu contexto são engendrados, imbricados, mutuamente constituídos, já que um não existe sem o outro. Portanto, para se estudar os fenômenos sociais, é fundamental a análise dos contextos nos quais a coexistência humana, a vida social acontece. Isso requer considerar que os contextos são compostos por um “emaranhado” de práticas e arranjos materiais (SCHATZKI, 2002).

A prática social, para Schatzki (2001), é uma multiplicidade de ações organizadas e situadas em um dado contexto espacial-temporal, um conjunto de fazeres e dizeres corporais. Tais práticas não são estáticas, pois englobam fazeres, dizeres, projetos e tarefas que são (ir)regulares, únicos, ocasionais e em constante processo de mudança (SCHATZKI, 2002). Por isso, as práticas se desenvolvem na medida em que, por exemplo, circunstâncias mudam, oportunidades e problemas aparecem, novas ideias emergem e mudanças ocorrem (SCHATZKI, 2005). Além disso, as práticas também podem se sobreporem e se conectarem. Elas se sobrepõem quando determinadas ações (fazer e dizeres) são parte de duas ou mais práticas ou quando as diferentes práticas compartilham os mesmos elementos que as organizam (SCHATZKI, 2002, 2003, 2005).

Os fazeres estão relacionados às atividades que os sujeitos exercem a partir de seus corpos (braços, pernas, boca, olhos) e das possíveis extensões deles (bengala e óculos, por exemplo). Já os dizeres correspondem às ações de dizer algo, ou seja, são um tipo específico de fazer, o que não ocorre necessariamente por meio da fala (SCHATZKI, 2002, 2003). Assim, embora explicados de maneira separada, tais elementos referem-se a dinâmicas interligadas, sendo possível afirmar que o dizer é um subconjunto do fazer. É o caso, por exemplo, de se utilizar as mãos (fazer) como forma de acenar (dizer) para outra pessoa. Tal ideia é fundamental na perspectiva de Schatzki na medida em que permite entender as práticas sociais não apenas como padrões de ação, mas também como algo constituído por e a partir dos discursos (dizeres).

Os arranjos materiais correspondem aos elementos não humanos, constituindo o contexto no qual práticas, pessoas, artefatos e organismos coexistem, relacionam-se e ganham identidade (humanos) ou significado (não humanos). É importante destacar que esses

elementos materiais são arranjados de uma forma socialmente aceitável, de acordo com o contexto do qual fazem parte (SCHATZKI, 2001, 2002). Para Heidegger (2005), uma das bases filosóficas de Schatzki, os instrumentos (arranjos materiais) podem revelar múltiplas finalidades. Todavia, somos nós que atribuímos a esses elementos materiais uma pertinência “primeira”, uma finalidade previamente arbitrada, o que tem um efeito normativo sobre nossa conduta. Mais uma vez, vale ressaltar que essa finalidade/pertinência se revela em uma conjuntura (“mundo circundante”), sendo situacional, ou seja, situada no tempo e no espaço, em um dado contexto histórico e social.

Além de serem suportadas por esse “emaranhado” de arranjos materiais, as práticas sociais organizam-se em torno de regras, entendimentos e teleoafetividades, não envolvendo apenas padrões de ação/comportamentais (RECKWITZ, 2002; SCHATZKI, 2002; SANTOS e ALCADIPANI, 2015). Dessa forma, regras, entendimentos e teleoafetividades são propriedades das práticas, e não dos indivíduos, tratando-se de fenômenos sociais não individualistas que acontecem em determinado contexto histórico (SCHATZKI, 2001, 2002).

Os entendimentos estão relacionados com a habilidade e a competência de saber fazer/dizer (*know-how*), saber como responder/compreender situacionalmente às ações de outros indivíduos, assim como, saber performar determinadas práticas. As regras relacionam-se a normas, regulamentos, procedimentos e critérios de decisão já existentes e que são aceitos, ainda que tacitamente, pelos praticantes. São essas regras que permitem/impedem a emergência de novas ações e orientam as ações já existentes. Já as teleoafetividades são um conjunto hierarquicamente organizado, conveniente e aceitável de fins e meios para alcançar esses fins, juntamente com os afetos que se sente ao se engajar em determinada prática.

Apesar de regras, entendimentos e teleoafetividades serem propriedades das práticas, e não dos indivíduos, esses, enquanto praticantes, possuem distintas microversões dos elementos que organizam as práticas. (SCHATZKI, 2001, 2002). Nesse sentido, é importante destacar que as práticas, para além da ação, são permeadas por componentes “mentais”, formas de dar sentido ao mundo, de desejar algo, de saber como fazer alguma coisa ou responder/compreender as ações dos outros (SCHATZKI, 2001, 2002).

De modo ilustrativo, pode-se analisar a prática “escrever um ensaio teórico”, o que não se reduz apenas a sentar-se em frente a um computador e digitar. Escrever um ensaio abarca compartilhar entendimentos, certas lentes teóricas (as perspectivas da prática e de gênero, por exemplo), saber articular teorias e redigir um texto acadêmico. Da mesma forma, escrever um ensaio significa desejar algo: uma publicação, seguir a carreira acadêmica e/ou

compartilhar conhecimento. Além disso, ao se engajar nessa prática, sentem-se determinados afetos, como ansiedade, satisfação e/ou medo.

No entanto, ainda que as pessoas deem sentido particular àquilo que fazem, suas atividades (fazer e dizer) são guiadas por uma inteligibilidade prática (SCHATZKI, 2005). Isso significa que, embora os indivíduos carreguem consigo “microversões” dos elementos que organizam a prática, os entendimentos, as regras e as teleoafetividades que a organizam são socialmente compartilhados. Por isso, os fazeres e dizeres dos indivíduos são regulados, moldados e ajustados por esses elementos, que, por sua vez, são sociais (SANTOS e ALCADIPANI, 2015). Assim, ainda que se criem distintas microversões de como escrever um ensaio teórico, as ações de escrever são influenciadas pelas regras de submissão dos periódicos acadêmicos, pela necessidade de publicação que orienta a academia brasileira e pelos entendimentos compartilhados por outros autores que utilizam a mesma lente analítica.

3.2 Organizações como fenômenos que acontecem

Feitas as conceituações centrais da abordagem de Schatzki, pode-se entrar no contexto organizacional, considerando-se as organizações como um fenômeno social que acontece. Para entender tal ideia, é importante notar dois elementos básicos nas organizações: 1) a *performance* das suas ações e suas práticas constituintes e 2) a ocorrência de eventos suportados por arranjos materiais (SCHATZKI, 2006). Isso implica afirmar que, como qualquer outro fenômeno social, as organizações são um nexo de práticas organizadas e de arranjos materiais.

Entender os fenômenos sociais como um acontecimento requer um esforço que vai além de apenas dar enfoque às *performances* corporais rotineiras dos indivíduos. Significa, também, considerar as formas cotidianas e mutáveis de se compreender o mundo, de desejar algo e de saber como e o que fazer em determinado contexto (RECKWITZ, 2002; SCHATZKI, 2006). É entender que as *performances* das ações dos sujeitos sofrem, constantemente, “tensões” na medida em que são desempenhadas em diferentes tempos e espaços. Mais especificamente, significa compreender o acontecimento organizacional como um processo marcadamente emergente, fluido, heterogêneo e complexo (SCHATZKI, 2006).

Ou seja, as organizações enquanto fenômenos sociais que acontecem não são instituições reificadas ou estáticas, mas continuam existindo por meio da perpetuação das suas práticas e da manutenção dos seus arranjos (SCHATZKI, 2005). Dessa forma, “[...] as organizações não são ‘coisas’ prontas e acabadas, estruturas inanimadas, mas ‘coisas’ vivas,

animadas, continuamente feitas e refeitas, (re)produzidas no cotidiano” (SANTOS, 2014, p. 13). Sendo assim, as organizações são frutos de constantes processos organizativos (CZARNIAWSKA, 2008) que envolvem e articulam uma coletividade de indivíduos, fazeres, dizeres, regras, entendimentos, finalidades, emoções e elementos não humanos ao redor de uma mesma prática.

Nesse sentido, as organizações e os indivíduos não se relacionam de maneira independente, já que desde sempre já se está imbricado. Daí se pode entender, por exemplo, que as práticas organizativas e os arranjos materiais moldam uns aos outros, em uma relação mutuamente constitutiva (SCHATZKI, 2002, 2005). Mais do que isso, os fazeres e os dizeres dos indivíduos são mais do que ações padronizadas ou rotineiras. Fazeres e dizeres são performados pelos sujeitos em diferentes contextos, contribuindo para a constante (re)construção histórica do social (SCHATZKI, 2006).

Pode-se notar o ponto de contato entre a (re)produção de gênero e a epistemologia da prática de Schatzki, pois, a partir das práticas corporais situadas, o sujeito performativamente expressa o gênero, ao mesmo tempo em que tem um espaço de manobra, de subversão e de criação de novos “tipos” de gênero (incorporando sua própria microversão do “fazer gênero” enquanto uma prática, um fenômeno social), que poderão, ou não, ser normatizados.

3.3 Proposta de Articulação Teórica: Gênero Como Prática social

Entende-se o gênero enquanto uma prática social como outra qualquer, estando a prática de gênero situada no tempo e no espaço, em um dado contexto histórico. Conforme mencionado, até o século XVIII predominava na Europa o *one sex model*, em que a mulher era um “tipo” de homem. Somente após esse período histórico, houve a invenção do modelo de dois sexos, o que não ocorreu de maneira repentina ou soberana, pois havia resistências ao novo modelo (LAQUEUR, 2001). Dessa forma, evidencia-se a construção histórico-social do gênero enquanto uma prática.

Na contemporaneidade, muitas pessoas, no âmbito do senso comum, ainda pensam no sexo como uma “verdade” natural e biológica, como duas categorias distinguíveis por meio das características biológicas “masculino” e “feminino”. Dessa forma, a heterossexualidade ainda é tida como algo “natural”, “normal”, havendo uma suposta relação de causa e efeito entre gênero e sexualidade. Assim, confunde-se a *performance* de gênero com a performatividade de gênero, ou seja, com o acontecimento desse fenômeno social. Conforme

destaca Schatzki (2006), entender um fenômeno social enquanto um acontecimento não é simplesmente observar o acontecimento, a *performance*, a aparência desse fenômeno.

Dessa forma, é possível fazer um paralelo entre a performatividade de gênero de Butler e o acontecimento dos fenômenos sociais de Schatzki, sendo performatividade e acontecimento diferentes de *performance*. Assim, o acontecimento da prática de gênero se dá em torno de um pacote de ações, de regras, entendimentos e teleoafetividade que organizam essa prática, assim como de arranjos materiais (corpos e artefatos) que dão suporte a essa prática.

Conforme mencionado, os arranjos materiais (os corpos, por exemplo) podem revelar múltiplas finalidades. Todavia, somos nós que atribuímos a esses arranjos uma pertinência “primeira”, uma finalidade previamente arbitrada, o que tem um efeito normativo sobre nossa conduta. Vale ressaltar que essa finalidade/pertinência se revela em um dado contexto (“mundo circundante”), sendo situacional, ou seja, situada no tempo e no espaço, em um dado contexto histórico-social (HEIDEGGER, 2005).

Dessa forma, pode-se afirmar que os corpos também revelam essa instrumentalidade, essa pertinência “primeira” previamente arbitrada. É justamente por isso que há uma “referência”, um “para que serve” dos corpos, o que exerce um efeito normativo, orientando a ação dos sujeitos. Por exemplo, no âmbito do senso comum, um corpo “feminino” “serviria” para a reprodução, para dar à luz a outros seres, o que pressupõe a relação desse corpo “feminino” com um corpo “masculino”. Tal instrumentalidade não é, necessariamente, racionalizada, refletiva, sendo a maioria das ações humanas uma (re)ação emergente, a reprodução de um padrão de ação socialmente aceito, tido como “certo” (NICOLINI, 2013). Diante disso, pode-se dizer que a matriz heteronormativa é um exemplo do efeito normativo dessa instrumentalidade primeira dos corpos. Todavia, apesar de a maioria das ações humanas ser uma (re)ação, é possível subverter a instrumentalidade primeira dos corpos, a matriz heteronormativa. Afinal, a prática é mais bem compreendida por meio de seu movimento e fluidez, havendo, inclusive, uma sobreposição de práticas (SCHATZKI, 2002).

Por exemplo, para entender o gênero “feminino” é preciso ir além da *performance*, da aparência, da relação de causa e efeito entre sexo biológico e gênero. Assim, um indivíduo biologicamente tido como “masculino” pode ser homossexual e identificar-se com o gênero “feminino”, performando ações tidas como “femininas”, suportando essas ações por meio do seu próprio corpo, assim como por meio de outros arranjos materiais (como roupas e acessórios). Da mesma forma, um indivíduo biologicamente tido como “masculino” pode ser heterossexual e identificar-se, igualmente, com o gênero “feminino”. Conforme destacado, o

sujeito tem a possibilidade de (re)interpretar, subverter as normas (a matriz heteronormativa), atribuindo-lhes um sentido próprio ao longo do espaço/tempo de sua vida. Afinal, corpos não são habitados como espaços vazios, podendo alterar sua forma, sua significação (BUTLER, 2004).

Sendo o gênero uma construção histórico-social, é possível afirmar que o modelo contemporâneo também pode ser desconstruído, assim como ocorrera no século XVIII. Afinal, os indivíduos incorporam e carregam consigo diferentes “microversões” dos elementos que organizam as práticas, uma vez que cada praticante tem histórias de vida, habilidades e atitudes (*background*) distintas. Assim, é possível subverter a organização atual das práticas de gênero, já que elas são “abertas” e mais bem compreendidas através de seu dinamismo e movimento, abarcando atividades irregulares, únicas e que estão em constante mudança (SCHATZKI, 2003). É justamente por isso que percebemos em nossa sociedade contemporânea indivíduos que compartilham e expressam diferentes entendimentos acerca do que seria gênero. Apesar de haver um entendimento socialmente compartilhado em relação às práticas de gênero – ou seja, há um julgamento socialmente compartilhado, pelo menos tacitamente, em relação ao que faz sentido ou não fazer – cada indivíduo carrega consigo microversões desse entendimento, da capacidade de se entender essa prática, que, por sua vez, é dotada de significado (SCHATZKI, 2002).

Além disso, conforme destaca Butler (2003), as palavras têm agência, têm um efeito normativo que provoca ações e atuações. Assim, é possível afirmar que a construção histórico-social da prática de gênero se dá por meio do discurso, da prática discursiva, uma vez que se pode definir prática enquanto um conjunto de atividades corporais de “fazer” e “dizer”, ou seja, ditos e feitos, e não apenas feitos (SCHATZKI, 2002). Nesse contexto, o discurso exerce um efeito normativo sobre os sujeitos, orientando a ação, mesmo quando tal discurso não é necessariamente explícito, mas sim tácito; o que pode ser percebido quando a homofobia é sutilmente disseminada nos espaços organizacionais por meio de “piadinhas”.

O espaço organizacional é um local onde o gênero é materializado, no e através dele, de acordo com as normas de gênero que moldam/orientam a vida organizacional e constroem/habilitam a ação dos indivíduos (TYLER; COHEN, 2010). Para Martin (2003), os vários conceitos que fundamentam a vida organizacional se confundem com práticas de gênero; sendo assim, competência, liderança, eficácia, excelência, racionalidade, autoridade, etc. afetam de maneira diferenciada homens e mulheres. A autora descreve, por meio de seus relatos de pesquisa, a dinâmica de diversas práticas generificadas, do “praticar gênero”, através de temas como agência, intencionalidade e consciência (na esfera do sujeito); assim

como posição, poder e experiência (na esfera organizacional) e escolha, responsabilidade e audiência (na esfera social).

Em um dos relatos de Martin (2003), dois executivos seniores, um homem e uma mulher, estão na porta de uma sala no local onde trabalham que não é de nenhum dos dois, quando toca o telefone. O homem pergunta o porquê de a mulher não atender ao telefone, a mulher atende irritada e depois diz que ela não é sua secretária para que a trate assim. Nesse pequeno trecho, podem-se notar algumas práticas generificadas, pois, para o homem em questão, mesmo que inconscientemente, a mulher é sua apoiadora no trabalho, assim como em seu ambiente doméstico. A mulher, por sua vez, demonstra que existem cargos generificados, como a secretária, bem como uma relação de poder no seu discurso, já que essa secretária seria mulher e subordinada. Numa outra narrativa, o homem diz que nunca, em 30 anos, jantou a sós com uma mulher que não fosse sua esposa, pois era um homem cristão e fiel, mas que não via problema nenhum se jantasse com outro homem.

Aqui, seguindo as ideias de Schatzki, se observa que os elementos entendimentos (capacidade de um praticante entender e performar determinada prática), regras tácitas (a mulher é quem deve atender ao telefone) e teleoafetos (irritabilidade, fidelidade) organizam as práticas de gênero, sendo que essas mesmas práticas são mediadas, suportadas, por elementos não humanos, por arranjos materiais (o telefone, o jantar).

É interessante notar que, mesmo em contextos chamados de “*gay-friendly*”, como nas artes cênicas, as práticas generificadas presentes fazem com que *gays* tenham um padrão de comportamento de *gay* masculino, ou seja, não é só uma questão do binarismo entre homem/mulher, mas também entre homo/heterossexual (RUMENS; BROOMFIELD, 2014). Apesar de haver papéis no teatro que sugerem que os atores *gays* tenham “afetações” *gays* em sua representação teatral, fora dos palcos a realidade das “afetações” não é permitida a eles. Nesse caso, percebe-se que há regras tácitas e implícitas (que aqui podem ser representadas pela matriz heteronormativa) que orientam a prática dos sujeitos, tornando a *performance* da prática de gênero algo singular e situacional. Assim, é socialmente aceito (ou não) a demonstração de características tidas como femininas (as “afetações”) apenas em determinados espaços.

As práticas generificadas também podem ser ampliadas quando acrescentamos mais uma variável, a idade cronológica dos sujeitos. Nesse caso, tem-se uma nova expectativa em relação à viabilidade, à aceitação social da *performance* do sujeito (RIACH; RUMENS e TYLER, 2014). Para os autores, a idade também é um dos fatores que impacta nas práticas de gênero, estando implícito nas “regras” da matriz heteronormativa que a *performance* de

gênero fora do padrão hegemônico se condiciona também pela idade do indivíduo. Observa-se, ainda, o efeito normativo da instrumentalidade primeira, da “referência”, do “para que serve” dos corpos, que não deveriam ser “velhos”.

Como pode ser observado nos relatos, as organizações são fenômenos sociais que acontecem, um contexto em que o gênero como prática é realizado performativamente por meio de entendimentos, certas regras (explícitas ou até mesmo tácitas) e teleoafetivas. Assim, o gênero, as práticas de gênero, são continuamente (re)produzidos no cotidiano organizacional. Dessa forma, entende-se que o gênero é social e historicamente construído, sendo, por isso, dinâmico e fluido, e não uma categoria binária (masculino e/ou feminino), “natural”, biológica ou socialmente pré-determinada. Consequentemente, apesar de a matriz heteronormativa constranger e habilitar a ação humana, os indivíduos incorporaram suas próprias microversões das práticas de gênero que se desdobam no contexto no qual estão imbricados, podendo subvertê-las.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste ensaio foi analisar as contribuições da epistemologia de Theodore Schatzki para o entendimento do gênero enquanto uma prática social. Ao utilizar a ideia de acontecimento dos fenômenos/práticas sociais de Schatzki, articulando-a com a performatividade de gênero de Judith Butler, busca-se outra maneira de compreender as questões de gênero.

Ainda hoje, na contemporaneidade, as práticas generificadas, o “fazer gênero”, tendem a ser esquecidas, uma vez que o senso comum considera o gênero enquanto algo biológico e dado *a priori*. Dessa forma, a heterossexualidade é tida como algo “natural”, “normal”, havendo uma suposta relação de causa e efeito entre gênero e sexualidade. Justamente por isso, apesar de o gênero ser materializado no espaço organizacional, esse é um tema relativamente negligenciado pelos Estudos Organizacionais (MARTIN, 2003), o que evidencia uma lacuna de estudos.

Segundo Heidegger (2005), uma das bases filosóficas de Schatzki, os arranjos materiais (instrumentos) podem revelar múltiplas finalidades. Todavia, somos nós que atribuímos a esses arranjos uma pertinência “primeira”, uma finalidade previamente arbitrada, o que tem um efeito normativo sobre nossa conduta. Os corpos também revelam essa instrumentalidade, essa pertinência “primeira”, previamente arbitrada. É justamente por isso

que há uma “referência”, um “para que serve” dos corpos (e dos instrumentos em geral), o que exerce um efeito normativo, orientando a ação dos sujeitos.

Pode-se dizer que a matriz heteronormativa é um exemplo do efeito normativo dessa instrumentalidade primeira dos corpos, assim como das regras (muitas vezes tácitas e implícitas) que organizam o “fazer gênero” enquanto uma prática social como outra qualquer. Vale ressaltar, ainda, que essa finalidade/pertinência se revela em um dado contexto (“mundo circundante”), sendo situacional, ou seja, situada no tempo e no espaço, em um dado contexto histórico-social.

Diante disso, discutir gênero enquanto uma prática social é não confundir *performance* com performatividade de gênero, ou seja, com o acontecimento desse fenômeno. Conforme destaca Schatzki (2006), entender um fenômeno social enquanto um acontecimento não é simplesmente observar o acontecimento, a *performance*, a aparência desse fenômeno. Afinal, de acordo com a perspectiva aqui apresentada, o acontecimento do “fazer gênero” se dá em torno de um nexo de ditos, feitos, regras, entendimentos, teleoafetividade e arranjos materiais (corpos e artefatos, por exemplo) que organizam e dão suporte a essa prática.

Ainda sobre gênero como categoria performativa, e não simplesmente enquanto *performance*, Butler (2003) parafraseia Simone de Beauvoir na célebre frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, acrescentando que também não se nasce homem ou qualquer outra categoria *a priori*, sendo possível tornar-se qualquer categoria ou jamais vir a se concretizar, o que evidencia a performatividade do gênero. Apesar da heteronormatividade, os sujeitos têm a possibilidade de (re)interpretar as normas, ressignificando-as ao longo do espaço/tempo de suas vidas. Dessa forma, os indivíduos incorporaram suas próprias microversões das práticas de gênero que acontecem nos contextos social e organizacional nos quais estão imbricados. Assim, entende-se gênero não como um determinismo biológico, “natural” ou social, mas como uma prática que é histórica e socialmente (re)construída de modo dinâmico e fluido, por meio do discurso, dos ditos.

Autores como West e Zimmerman (1987) e Martin (2003) tratam o gênero como uma realização; mas não articulam a performatividade de gênero de Butler com o acontecimento dos fenômenos sociais de Schatzki, não consideram o “fazer gênero” enquanto uma prática social que vai além da reprodução de um padrão de ação (SCHATZKI, 2001, 2002), o que também corrobora com a lacuna de estudos acima apresentada e justifica este ensaio teórico.

Dessa forma, este ensaio teórico contribui para o campo dos Estudos Organizacionais, ao definir claramente o conceito de prática social, entendendo o “fazer gênero” enquanto uma prática (ditos e feitos, para além de um padrão de ação) que acontece, ou seja, que se organiza

em torno dos elementos, regras, entendimentos e teleoafetividades, sendo, ainda, suportada por arranjos materiais, o que inclui os próprios corpos dos sujeitos sociais, dos praticantes.

Em relação a estudos futuros, pesquisas empíricas poderiam ser realizadas, utilizando essa mesma perspectiva analítica do gênero enquanto uma prática, para identificar e detalhar as práticas generificadas dos mais diversos contextos sociais e organizacionais. Um caminho seria discutir, por meio da epistemologia de Schatzki (2006), o gênero enquanto um fenômeno que acontece em um “tempo real”, evidenciando que passado, presente e futuro se sobrepõem, e que as mudanças do “fazer gênero” (assim como as mudanças de outros fenômenos sociais) se dão de modo gradual e incremental: alteram-se alguns dos componentes da malha de práticas e arranjos, enquanto outros persistem inalterados; sendo a ação humana a fonte primária de mudança de quaisquer conjuntos organizados. Segundo Nicolini (2013), apesar de Schatzki ser um dos principais autores contemporâneos do campo da prática, seus trabalhos ainda carecem de aplicação empírica (Ver JÚLIO, 2015; CARMO, 2015; SANTOS, 2014).

Por fim, o gênero visto como uma prática social (ou seja, para além de um padrão de ação) converte-se em uma ferramenta analítica capaz de revelar as práticas generificadas e cotidianas que se desdobram e se revelam nos diversos contextos sociais e organizacionais, evidenciando a construção histórica e social de uma das “categorias” mais fundamentais da existência humana.

REFERÊNCIAS

AINSWORTH, C. Sex redefined. **Nature**, v. 518, n. 7539, p. 288–291, 2015.

ANTONACOPOULOU, E. Practise-centred research. In: THORPE, R; ROBIN, H. (Org.). **The Sage dictionary of qualitative management research**. London: Sage, 2008, p. 166-170.
BERENBAUM, S. A.; BLAKEMORE, J. E. O.; BELTZ, A. M. A Role for Biology in Gender-Related Behavior. **Sex Roles**, v. 64, n. 11-12, p. 804–825, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. [s.l.] Ed. Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undoing Gender**. Nova Iorque: Routledge, 2004.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). . **Handbook de Estudos Organizacionais V.1**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 273–327.

CARMO, L. P. T. **A organização das práticas e o trabalho gerencial: Fragmentos do cotidiano da gestão de uma escola pública municipal**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFES, Vitória, 2015.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). . **Handbook de Estudos Organizacionais V. 1**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007. p. 463.

CZARNIAWSKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 3, n. 1, p. 4-20, 2008.

_____. Organizations as obstacles to organizing. In: ROBICHAUD, D.; COOREN, F. (Orgs.). **Organization and organizing: materiality, agency and discourse**. New York: Routledge, p. 3-22, 2013.

FAUSTO-STERLING, A. Not Your Grandma's Genetics: Some Theoretical Notes. **Psychology of Women Quarterly**, v. 36, n. 4, p. 411–418, 2012.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011.

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade I: A vontade do saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 152.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. 14a. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

JÚLIO, A. C. **Estratégia como prática na produção do desfile de uma escola de samba**. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFES, Vitória, 2015.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARTIN, P. Y. Done'' Versus Saying and Doing'': Gendering Practices, Practicing Gender at Work. **Gender & Society**, v. 17, n. 3, p. 342–366, 2003.

MUEHLENHARD, C. L.; PETERSON, Z. D. Distinguishing Between Sex and Gender: History, Current Conceptualizations, and Implications. **Sex Roles**, v. 64, p. 791–803, 2011.

NICOLINI, D. **Practice Theory, Work, & Organization: an introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2013

RECKWITZ, A. Toward a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist Theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243–263, 2002.

RIACH, K.; RUMENS, N.; TYLER, M. Un/doing Chrononormativity: Negotiating Ageing, Gender and Sexuality in Organizational Life. **Organizational Studies**, v. 35, n. 11, p. 1677–1698, 2014.

RUMENS, N.; BROOMFIELD, J. Gay men in the performing arts: Performing sexualities within “gay-friendly” work contexts. **Organization**, v. 21, n. 3, p. 365–382, 2014.

RUPERT, J. L. Genitals to genes: the history and biology of gender verification in the Olympics. ... **Bulletin of Medical History/Bulletin canadien d'histoire ...**, v. 28, n. 2, p. 339–365, 2011.

SANTOS, L. L. S. **O trem não pode parar**: reformando uma oficina de locomotivas. 311f. Tese (Doutorado em Administração) - FGV/EAESP, São Paulo, 2014.

SANTOS, L. L. S.; ALCADIPANI, R. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 79-98, 2015.

SANTOS, L. L. S. ; SILVEIRA, R.. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, 2015.

SCHATZKI, T. R. Introduction: Practice Theory. In: KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. VON; SCHATZKI, T. R. (Eds.). . **The practice turn in contemporary theory**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2001. p. 10–23.

_____. **The site of the social**: a philosophical account of the constitution of social life and change. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.

_____. Peripheral Vision: The Sites of Organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465–484, 2005.

_____. On Organizations as they Happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863–1873, 2006.

_____. A primer on practices: Theory and research. In: HIGGS, J., BARNETT, R., BILLET, S.; HUTCHINGS, M.; TREDE, F. Practice-based education: perspectives and strategies. Rotterdam, **The Netherlands**: Sense Publishers, 2012.

SCHATZKI, T. R., KNORR-CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001.

SOUZA, E. M. DE; CARRIERI, A. DE P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 46–70, 2010.

TYLER, M.; COHEN, L. Spaces that Matter: Gender Performativity and Organizational Spac. **Organizational Studies**, v. 31, n. 2, p. 175–198, 2010.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Doing Gender. **Gender & Society**, v. 1, n. 2, p. 125–151, 1987.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

JÚLIO, A. C; HIGASHI, R; POUBEL, L. Gênero como Prática nas Organizações. **Rev. FSA**, Teresina, v.19, n. 9, art. 2, p. 27-48, set. 2022.

Contribuição dos Autores	A. C. Júlio	R. Higashi	L. Poubel
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X